



ESTADO DO CEARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

**PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ**

**PROCESSO Nº 007/2025**

**ASSUNTO: Fixação do piso remuneratório do servidor público não integrante de planos de carreira e remuneração**

**RELATOR: VEREADOR MANOEL CORREIA**

**I – RELATÓRIO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a **fixação do piso remuneratório dos servidores públicos municipais que não integram planos de cargo, carreira e remuneração**, abrangendo o **peçoal contratado por tempo determinado para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público** e os **cargos de provimento em comissão de Assistente, nas simbologias FA-III e FA-IV**.

O projeto estabelece **ajustes salariais para garantir que os servidores contratados e ocupantes dos cargos mencionados recebam valores compatíveis com o novo salário mínimo nacional**, conforme previsto no **Decreto Federal nº 12.342, de 30 de dezembro de 2024**, que fixou o **salário mínimo vigente a partir de 1º de janeiro de 2025 em R\$ 1.518,00**.

**II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E ORÇAMENTÁRIA**

A proposta está **em conformidade com a legislação vigente** e encontra respaldo nos seguintes dispositivos da **Lei Orgânica do Município de Maracanaú**:

- **Art. 49** – Determina que a remuneração dos servidores públicos deve respeitar o **princípio da legalidade**, sendo necessária aprovação legislativa para ajustes salariais.
- **Art. 150, §1º** – Estabelece que **qualquer aumento de despesa com pessoal deve estar previsto na Lei Orçamentária Anual**, garantindo equilíbrio financeiro.
- **Art. 42** – Permite a tramitação de matérias em **regime de urgência**, desde que fundamentadas no interesse público, como ocorre no presente caso.





**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ**

A medida respeita os princípios da responsabilidade fiscal, assegurando que a Administração Pública Municipal observe os limites de gastos com pessoal e a necessidade de ajuste às diretrizes federais.

### **III – CONCLUSÃO**

Após análise detalhada, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação conclui que o Projeto de Lei nº 007/2025 está em plena conformidade com as exigências legais e orçamentárias, sendo essencial para garantir o pagamento adequado aos servidores municipais contratados e comissionados.

Dessa forma, manifesta-se favoravelmente à sua aprovação e recomenda a tramitação e votação em Plenário, com a devida celeridade, considerando a necessidade de adequação imediata à nova política salarial vigente.

Sala das Comissões, 05 de fevereiro de 2025.

**VEREADOR MANOEL CORREIA**  
Relator da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação  
Câmara Municipal de Maracanaú